

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº1194/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10784/2022.**
- 2- **Assunto:** Consulta.
- 3- **Objeto:** Consulta acerca da legalidade da percepção de décimo terceiro subsídio a ser pago aos parlamentares do município de Lábrea.
- 4- **Partes:** Câmara Municipal de Lábrea.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Unidade Técnica:** Consultec.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1641/2022-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Consulta.

Conhecimento. Resposta. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Conhecer da Consulta, formulada pela Câmara Municipal de Lábrea, por intermédio de seu Presidente, **Sr. Regifran de Amorim Amâncio**, a respeito da legalidade do pagamento de décimo terceiro subsídio aos parlamentares do município;

9.2. Responder a consulta formulada, da seguinte forma:

9.2.1. Quanto ao primeiro questionamento formulado pelo responsável, o qual transcrevo *ipsis litteris*:

"Quanto a legalidade e seu respeitável entendimento ao pagamento decimo terceiro subsídio a ser pago aos parlamentares do município de Lábrea?"

Resposta: É legal a fixação de 13º subsídio aos vereadores do município de Lábrea, conforme já havia sido assentado na Decisão Nº. 38/2014 – Administrativa – Tribunal Pleno (Processo 5465/2013) e pacificado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 650898/RS, desde que respeitados os limites do artigo 29, VI, da CF/88 c/c o art. 124 da Constituição do Estado do Amazonas.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1194/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.2. Quanto ao segundo questionamento, que transcrevo *ipsis litteris*:

“Em caso positivo, requer seu respeitável entendimento ao pagamento nesta mesma legislatura vigente, tendo em vista a regra entabulada no inciso VI do art. 29 da CF, que determina que o subsídio do atual detentor do cargo de vereador, deve ser fixado na legislatura anterior, muito embora que já houve repercussão geral quanto ao tema por meio do RE 650.898/RS.”

Resposta: É VEDADO o pagamento na mesma legislatura, em respeito ao princípio da anterioridade e ao disposto no art. 29, VI, da Constituição Federal.

9.3. Dar ciência à Câmara Municipal de Lábrea sobre o deslinde do feito.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 26 de julho de 2022.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral